

ATA NÚMERO 83/XIII (2.ª)

A 14 de junho de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audições sobre o ato de vandalismo cometido sobre a Rocha 2 de Piscos e a situação da Fundação Côa Parque, no âmbito do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP:

1. Associação dos Arqueólogos Portugueses
2. ICOM Portugal, Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus
3. ICOMOS Portugal, Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
4. Representantes dos Trabalhadores da Fundação Côa Parque

II PARTE

5. Informações
6. Outros assuntos.

I PARTE

1. Associação dos Arqueólogos Portugueses

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas aos representantes da Associação dos Arqueólogos Portugueses, José Eduardo Morais Arnaud, Presidente da Direção, e Luís Filipe Matos Raposo, Vice-Presidente da Direção, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, explicitando que as audições constantes da ordem de trabalhos tiveram na sua origem o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, dando, para esse efeito, a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) para fazer uma intervenção inicial, tendo-se referido ao atual modelo de Fundação e às implicações que o

mesmo pode ter tido no ato de vandalismo ocorrido e às possíveis consequências danosas daí resultantes para o património de Foz Côa.

Usaram depois da palavra os Senhores Deputados Deputada Helga Correia (PSD), Gabriela Canavilhas (PS), Jorge Campos (BE) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), que colocaram questões sobre as medidas que o Senhor Ministro da Cultura vai implementar no sentido de minimizar os atos de vandalismo ocorridos; a eventual instalação de um sistema de videovigilância ou de um sistema eletrónico de vigilância; o contributo que as novas tecnologias poderão dar para os planos de salvaguarda, proteção e intervenção; os possíveis planos pedagógicos a ser delineados pelos Ministérios da Cultura e da Educação para consciencializar desde muito cedo os jovens para este tipo de problemas; a existência de uma política pública para o património; a relação direta entre a guardaria e o risco; e a gestão que é feita por parte dos órgãos da Fundação.

Os representantes da Associação dos Arqueólogos Portugueses responderam às questões colocadas, destacando-se na sua intervenção os seguintes pontos:

- No dia 13 de junho à tarde ainda não tinha sido reposta a guardaria e não tinha sido ainda indigitada qualquer pessoa para substituir o Dr. António Martinho Batista;
- Neste momento a Fundação Côa está em completa autogestão;
- A guardaria foi sendo ao longo dos tempos gradualmente suspensa e já não existe há cerca de quatro anos;
- O património do Côa está ao abandono;
- O ato de vandalismo ocorreu no dia 25 de abril e de então para cá nada foi feito;
- A guardaria física e a visita acompanhada são fundamentais;
- A videovigilância poderá ser um elemento complementar;
- A sensibilização da população local para este tipo de problemas é fundamental;
- A guardaria física é indispensável e a introdução de novas tecnologias não vai resolver o problema, o que não quer dizer que não possa ser complementar;
- A Fundação Côa Parque é uma fundação fantasma, sem presidência e sem trabalhadores;
- O modelo fundacional pode ter vantagens em termos de agilidade de procedimentos e de contratação, mas para que funcione tem de ser levado a sério.

A [audiência](#) foi gravada, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

2. ICOM Portugal, Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas aos representantes da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus (ICOM Portugal), Mário Nuno Antas, Secretário da Direção, e Pedro Pereira Leite, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, explicitando que as audições constantes da ordem de trabalhos tiveram na sua origem o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, dando, para esse efeito, a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP), que se reportou à necessidade de tomar medidas efetivas para alterar a situação e para que o funcionamento regular da Fundação Côa Parque possa ser assegurado e cumpridos os compromissos internacionais em termos de salvaguarda do património e da própria missão do Museu.

De seguida, usaram da palavra os Senhores Deputados Helga Correia (PSD), Gabriela Canavilhas (PS), Jorge Campos (BE) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), que colocaram questões sobre a inexistência de guardaria com pessoas no terreno e o sistema de videovigilância e a probabilidade de voltarem a ocorrer situações semelhantes; os eventuais prejuízos resultantes da visualização e fruição desse património; a adoção de mecanismos e de medidas para evitar a ocorrência de fenómenos semelhantes; o número de visitantes da Fundação Côa Parque e o acompanhamento que lhes é feito, não apenas sobre o Museu mas também sobre todo o património envolvente da zona do Vale Côa, que é uma das maiores do mundo no que respeita a arte rupestre e que foi declarada como Património da UNESCO; a preservação e proteção deste tipo de património; o modelo fundacional de gestão da Fundação e a resolução dos seus problemas estruturais.

Os representantes da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Museus responderam no fim às questões colocadas, sublinhando, que:

- O complexo de arte rupestre do Vale do Côa é o maior parque de arte rupestre ao ar livre do mundo;
- Para salvar a arte do Côa, a Fundação Côa Parque tem de ter um orçamento de verdade;
- Ser necessário definir um plano estratégico que envolva, além dos cinco fundadores da Fundação Côa Parque, as entidades locais, regionais, públicas e privadas, ou seja, as universidades, as autarquias e as associações culturais;
- Assegurar o funcionamento do Conselho Consultivo previsto nos Estatutos da Fundação;
- Para além das medidas anunciadas em termos de vigilância, é indispensável delinear planos de educação patrimonial.

A [audiência](#) foi gravada, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

3. ICOMOS Portugal – Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas aos representantes da Comissão Nacional Portuguesa do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS Portugal), Maria de Magalhães Ramalho, Presidente, e João Zilhão, Professor Investigador da *Community of Research on Excellence for All (CREA) University of Barcelona*, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, explicitando que as audições constantes da ordem de trabalhos tiveram na sua origem o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, dando, para esse efeito, a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) que afirmou que o seu Grupo Parlamentar esteve sempre contra a constituição de uma Fundação para o património do Côa na medida em que essa é uma forma de desresponsabilizar o Estado; a inexistência de vigilância, o que considera ser absolutamente inaceitável; e, por fim, as medidas e diligências urgentes a adotar para a salvaguarda de todo aquele património.

De seguida, colocaram diversas questões os Senhores Deputados Helga Correia (PSD), Gabriela Canavilhas (PS), Jorge Campos (BE) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), sobre a necessidade de reposição, com carácter de urgência, da vigilância do parque; a criação de um plano educacional patrimonial; as metodologias de

salvaguarda; o modelo de fundação escolhido para gerir o património do Côa; a opção estratégica para o Vale do Côa; necessidade de se fazer um levantamento de todo o património existente; e as consequências existentes resultantes da falta de investimento.

Os representantes do ICOMOS Portugal responderam no final às questões colocadas, tendo dito que:

- O ICOMOS Portugal fez ao chegar ao Senhor Ministro da Cultura, à Comissão Nacional da UNESCO e ao ICOMOS internacional um alerta para a urgência de tomar as medidas adequadas para a salvaguarda daquele património, designadamente no que respeita à guardaria;
- A necessidade de haver uma vigilância efetiva com pessoas no terreno;
- A necessidade de haver um investimento em termos de pessoal;
- Não se pode abrir um museu sem guardaria;
- O esquema de vigilância montado pela EDP permite fazer a guarda aos sítios que estão abertos ao público, aqueles que são conhecidos e onde o perigo de haver atos de vandalismo é sério, sendo essa de facto uma forma de proteção eficaz, sendo que durante 20 anos não se registou um único ato de vandalismo no Vale do Côa.

A **audiência** foi gravada, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

4. Representantes dos Trabalhadores da Fundação Côa Parque:

Dando início à audição, a Senhora Presidente da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto deu as boas vindas aos Representantes dos Trabalhadores da Fundação Côa Parque, José Branquinho e André Santos, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, explicitando que as audições constantes da ordem de trabalhos tiveram na sua origem o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, dando, para esse efeito, a palavra à Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) que falou das dificuldades sentidas no dia-a-dia na Fundação; o rumo definido para a instituição; o sistema de guardaria; as declarações do Senhor Ministro da Cultura que não vão ser tomadas medidas extraordinárias para repor imediatamente a vigilância até à entrada em funções do próximo Conselho de Administração; o controlo que é feito do número de pessoas que circula na Fundação Côa Parque.

De seguida, colocaram diversas questões os Senhores Deputados Helga Correia (PSD), Gabriela Canavilhas (PS), Jorge Campos (BE) e João Pinho de Almeida (CDS-PP), que colocaram diversas questões sobre o sistema de guardaria e os elementos que lhes estão afetos; o funcionamento da Fundação Côa nos últimos cinco anos; o acompanhamento que é feito aos visitantes; a degradação da Fundação Côa Parque.

Os representantes dos trabalhadores responderam no final às questões colocadas, tendo dito que:

- Nunca nenhum trabalhador exigiu um guarda atrás de cada rocha e que os recursos têm de ser geridos de uma forma adequada;
- O problema da segurança nos sítios é fundamental;
- Durante os 17 anos em que Côa esteve vigiado, não se registou qualquer vandalismo;

- A Fundação precisa de pessoas com mais ação, mais frontais e com mais capacidade de afrontar a própria tutela;
- Nos três núcleos visitáveis só há 6 vigilantes;
- Ribeira de Piscos não tem qualquer tipo de vigilância, a Canada do Inferno e a Penhascosa foram ajustados períodos de vigilância durante o período de dia;
- O Governo ainda não adotou qualquer medida respeitante à segurança e o número de vigilantes mantém-se.

A [audiência](#) foi gravada, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

II PARTE

5. Informações

5.1. Iniciativa legislativa

A Senhora Presidente informou que baixou à Comissão o [projeto de resolução n.º 898/XIII/2.ª](#) (PSD) - Recomenda ao Governo a salvaguarda do património industrial corticeiro da Robinson -, tendo o Grupo Parlamentar do PSD solicitado a sua discussão no Plenário.

5.2. Audição regimental

A Senhora Presidente informou que a audição regimental do Senhor Secretário de Estado da Juventude e do Desporto teria lugar no dia 21 de junho, às 9 horas.

6. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 13 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 14 de junho de 2017

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(EDITE ESTRELA)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Cardoso
Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Firmino Pereira
Helga Correia
Ivan Gonçalves
Joana Barata Lopes
João Azevedo Castro
João Pinho de Almeida
João Torres
Joel Sá
Jorge Campos
Luís Monteiro
Norberto Patinho
Pedro Delgado Alves
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Sara Madruga da Costa
Ana Mesquita
Gabriela Canavilhas
Margarida Mano

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Susana Lamas